



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

*SEGUNDO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA CELEBRADO EM 08.03.2016, ENTRE O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ,
OBJETIVANDO A MÚTUA COOPERAÇÃO PARA O
FUNCIONAMENTO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE
SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA, NOS
TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 125/2010 DO CNJ,
VISANDO A PRESTAÇÃO DE APOIO TÉCNICO-
JURÍDICO. (Processo Administrativo nº 8521435-
28.2019.8.06.0000.*

AD2/TCT N.º 02/2016

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambéba, em Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente TJCE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo, e pela Coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, Desembargadora Tereze Neumann Duarte Chaves, no uso de suas atribuições legais, e a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.014.521/0001-23, com endereço na Av. Pinto Bandeira, nº 1111, Bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza – CE, neste ato representada pela Defensora Pública-Geral Elizabeth das Chagas Sousa, doravante denominada DEFENSORIA, resolvem celebrar o presente Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica firmado em 08/03/2016, atendidas as cláusulas e condições adiante enunciadas.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente Instrumento:

- a) na manifestação da Desembargadora Coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, constante no processo nº 8521435-28.2019.8.06.000;
- b) nas disposições contidas no art. 57, II, c/c art. 116, da Lei nº 8.666/93, com as suas atualizações;
- c) no Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, datado de 18/12/2019, devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente do TJCE.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Cláusula Segunda – Do Objeto

Constitui objeto deste Instrumento prorrogar por 12 (doze) meses, com início em 09.03.2020 e término em 09.03.2021, o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** tem por objetivo, em atenção à Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a mútua cooperação entre os partícipes para o funcionamento dos **Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC**, que já estejam em funcionamento na Capital e no interior e também em relação àqueles que vierem a ser instalados pelo Poder Judiciário no Estado do Ceará, doravante denominados **CENTROS**, com vistas a promover a solução pacífica das demandas por meio da conciliação e mediação de conflitos.

Cláusula Terceira – Da Ratificação

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as cláusulas ajustadas no presente Termo.

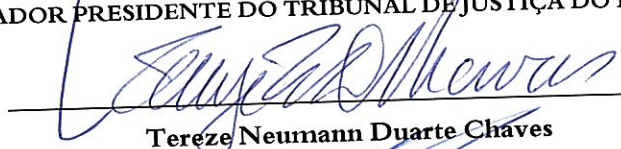
E, por se encontrarem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobrecitadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza/CE, 09 de MARÇO de 2020.



Washington Luis Bezerra de Araújo

DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ



Tereze Neumann Duarte Chaves

**DESEMBARGADORA COORDENADORA DO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE
SOLUÇÃO DE CONFLITOS**



Elizabeth das Chagas Sousa
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Testemunhas: _____